

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

A OCUPAÇÃO CAPITALISTA EM MATO GROSSO NOS TERRITÓRIOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

The capitalist occupation in Mato Grosso in the territories of traditional populations

La ocupación capitalista en Mato Grosso en los territorios de poblaciones tradicionales

Girlene Aparecida Ramos - Bióloga/UFMT, pós-graduada em Gestão Pública/FAAP SP
E-mail: ramosgirlene@gmail.com

Laura Ferreira da Silva – Quilombola, Licenciada em Pedagogia, Bacharela em Direito e Mestranda em Estudo de Cultura Contemporânea/UFMT.
E-mail: lauranegrilinda@hotmail.com

Lemarcia Ferreira da Silva – Quilombola, Licenciada em Pedagogia, Especialista em Educação Infantil, Mestranda em Estudo de Cultura Contemporânea/UFMT.
E-mail: lemarcia25@hotmail.com

João Ivo Puhl - Professor de história da Universidade Unemat em Cáceres aposentado colaborador do Mestrado Profhistória Doutorado em história indígena latino-americana pela Unisinos-RS.
E-Mail: jivopuhl@gmail.com

Como citar este artigo:

RAMOS, Aparecida Ramos et ali. A ocupação capitalista em Mato Grosso nos territórios das populações tradicionais. In **Revista de Comunicação Científica** – RCC, Set/Dez, Vol. I, n. 9, pgs. 137-149, 2021. ISSN 2525-670X.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 9 (2021)
ISSN 2525-670X

A OCUPAÇÃO CAPITALISTA EM MATO GROSSO NOS TERRITÓRIOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

The capitalist occupation in Mato Grosso in the territories of traditional populations

La ocupación capitalista en Mato Grosso en los territorios de poblaciones tradicionales

Resumo:

Este artigo trata da ocupação do território Matogrossense, através de lutas sociais, identificando as resistências e focando na sobrevivência das populações tradicionais, para continuarem em suas terras de posses ou propriedades. Nas resistências e lutas quilombolas, indígenas, posseiros, ribeirinhos e/ou comunidades tradicionais, reafirmam a legitimidade de seu direito e a continuidade da história para as novas gerações.

Palavras chaves: ocupação, resistência, quilombolas, comunidades.

Abstract:

This article aims to demonstrate the occupation of Matogrossense territory, through struggles, intensifying the resistance and survival of these peoples, to continue on their properties, whether in quilombola, indigenous, squatter, riverine and traditional communities lands, reaffirming the legitimacy of right and continuity of history for new generations.

Key words: occupation, resistance, quilombolas, communities.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo demostrar la ocupación del territorio Matogrossense, a través de luchas, intensificando la resistencia y supervivencia de estos pueblos, para continuar en sus propiedades, ya sea en tierras quilombolas, indígenas, ocupas, ribereñas y comunidades tradicionales, reafirmando la legitimidad del derecho y la continuidad. de historia para las nuevas generaciones.

Palabras clave: ocupación, resistencia, quilombolas, comunidades.

Introdução

A primeira vez que estivemos na região do Araguaia (MT), foi em 1995. Foi uma viagem longa e cansativa de ônibus. Entre atoleiros, via-se as noites chegando e o sol nascendo junto com os cantos dos pássaros e muitas mutucas para lembrar que estávamos no sertão do Araguaia. Praticamente não se cruzava com nenhum carro pequeno e; à distância, se via caminhões atolados.

Lembro-me da fome que sentia e parados, no meio da imensidão de terras, sem nada para comer. Havia algumas crianças barulhentas naquele ônibus que parecia estar adaptado com pneus gigantes para percorrer a estrada quase toda de terra. Tinha que aguardar a linha de outro ônibus que viria de Barra do Garças no outro dia. Quando chegamos numa localidade chamada Alô Brasil, foi um alívio seguido de desespero, só tinha água para beber e alguns ovos cozidos mergulhados numa água de sal. Quando chegou a nossa vez de comprar, já havia acabado.

Seguimos viagem e na cidade de Vila Rica, que era bem pequena e com poucas ruas, conseguimos pouso na casa de uma família que, apesar da poeira das ruas de chão batido, o piso era vermelho e brilhante de tão limpo. E somente no outro dia seguimos viagem para Santa Terezinha.

A cidade de Santa Terezinha nos encantou. Poucas ruas e um morro. Lembro-me da imagem dos santos da Igreja Católica que tinham o rosto do povo daquele território: índios/as, posseiros/as e crianças. São imagens feitas pelo pintor espanhol chamado Maximino Cerezo Barredo, contratado pela Prelazia de São Félix do Araguaia sob a liderança de Dom Pedro Casaldaliga.

Entre os desenhos feitos pelo artista está o de um trator que havia passado em cima de pessoas. A cara do latifúndio e do que chamam de progresso era bem visível, assim como o olhar e a união daquela gente na defesa do seu território. Hoje chamam o latifúndio é chamado de AGROnegócio. Tratava-se dos Murais da Libertação na Prelazia de São Félix do Araguaia, que impedia o povo de esquecer como foram roubadas as terras dos nativos e do modo como as grandes empresas ocuparam aquele território. Ali estava registrada a força do capital, das empresas, dos projetos agropecuários e do Estado contra os posseiros e indígenas no Nordeste de Mato Grosso.

Um modelo de economia predatória

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista implantado na Amazônia pelos militares reocupou a Amazônia para, segundo eles, impedir que outras nações o fizessem. Então, a ideia era os empresários entrar, retirar quem estivesse lá e desmatar e impor a monocultura da pecuária ou da agricultura. Este modelo de agressão aos recursos naturais impactou fortemente ambientes florestais, do cerrado e pantanais. Provocou importantes mudanças climáticas.

Ocorre que a umidade da atmosfera é soprada pelos ventos alísios do Oceano Atlântico de leste para o interior da floresta amazônica. Na floresta a umidade se precipita em forma de chuva e irriga o solo e subsolo profundo através das raízes das árvores.

Os ventos alísios, chamados pelos pesquisadores de “rios voadores” cumprem um papel fundamental no equilíbrio ambiental. Os ventos alísios integram o sistema de distribuição do calor da Terra pelas massas de ar que se completa com a dispersão das correntes marítimas.

É sabido que o desmatamento altera o clima, mas o que podemos fazer hoje? Não basta parar de desmatar, é necessário recuperar a área degradada, os estragos ambientais no Brasil são graves e o atual governo se mantém alheio à crise climática e incentiva o desmatamento da Amazônia e do cerrado.

O Estado Ditatorial brasileiro (1964-1984), através de sua estrutura, repassou as terras de matas para grandes empresas, sem ao menos ter o trabalho de verificar quais povos habitavam nessas localidades. E assim; aparelhando o Estado aos seus interesses, provocou conflitos e mortes de inocentes trabalhadores. Ah! Ressarcir os bens e as roças para aquelas famílias de numerosos filhos, era impensável. A CODEARA - Companhia de Desenvolvimento do Araguaia - a maior fazenda de gado do Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1960-70, tinha as suas estratégias de ocupação e destruição dos sonhos daquele povo que morava ali há mais de 40 anos (CASALDÁLIGA, 1971).

Dom Pedro Casaldáliga, bispo da igreja católica e morador de São Felix do Araguaia, em 10 de outubro de 1971, escreveu em seu livro, “Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, o seguinte:

Não deixamos de ver o que é belo na natureza ou no progresso da Amazônia, nem subestimamos o que o Governo do Brasil ou os particulares fazem de bom nesta região infinita. Há poesia e publicidade em abundância para cantar tudo isso. O que nesta nossa Amazônia é trágico, o que nela se faz erradamente, ou se omite, o que já não se pode mais tolerar, isso é que nós — por dever pastoral e por solidariedade humana — devíamos publicar. Dizer a verdade é um serviço. E o propósito de dizer a verdade nos faz livres (CASALDALIGA, 1971, p. 45).

A história desta parte de Mato Grosso foi bem registrada, graças a coragem de padres e do bispo que escolheu defender quem não tinha voz e nem ao menos era considerado gente. Desde sempre, o poder econômico pregou que a natureza, as matas, os índios e os pobres não podem impedir o progresso do país. Só nunca disseram que o tal progresso é para poucas pessoas, para os magnatas.

Assim, em uma homenagem ao bispo da vida, escrever mais um trecho de seu livro, que parece contar as histórias da escravidão que ainda hoje existe neste Cerrado e na Amazônia.

Cláudio Borges, da Paraíba, casado, com dois filhinhos, mostra duas feridas de tiro. Recebeu-as na “Codeara”. Uma de João Gerente. Atravessou-lhe do peito às costas. “Eu estava com uma febre tão grande! Era sábado. De machado não podia trabalhar. Por causa de 13 contos... João Gerente me deu um tiro de 38...”. “O outro tiro é de 22”. Ele sabe de 100 e tantos homens enterrados na “Codeara”. João Gerente disse a um peão: “Eu não mato homem em pé; assenta de gatão (de gatinha)”, e atirou nele. Outro colega, morto pelos pistoleiros da fazenda, não foi enterrado. “Nós passávamos perto dele indo ao serviço, naquela catimba! Tivemos que jogar folhas de bananeira sobre o cadáver (CASALDALIGA, 1971, p. 109).

O “progresso” chegou. Trouxe estradas ligando Mato Grosso a outras regiões do país. A pecuária e a produção de grãos avançam pelos biomas: Cerrado, Pantanal, Amazônia e Araguaia. A ferrovia chegou em Rondonópolis e a ferrogrão, de cerca de 1.000 km de extensão, que ligará Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA,) está em discussão nos órgãos ambientais. Através da Ferrogrão se busca viabilizar ainda mais a exportação de grãos para a China e outros países asiáticos com os custos do pessoal do Agronegócio diminuídos.

Fala-se em desenvolvimento, de infraestrutura no Estado como se apenas existisse um lado envolvido. O lado do poder econômico. Não se fala em prejuízos sociais, culturais e ambientais. (DECRETO Nº 8.916, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 - Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais de transportes para implantação de investimentos por meio de novas parcerias com o setor privado.

A ocupação territorial do Estado de Mato Grosso, não considera os povos originários (índios, quilombolas, posseiros, ribeirinhos). Menos ainda a fauna, a flora, as matas e os rios. A grilagem de terras ainda é algo surreal e um sério problema de ocupação territorial em que o Estado está a serviço do capital. As alterações climáticas são visíveis ao olhar dos povos originários.

A seca, todos os anos, tem aumentado devido aos constantes desmatamentos e queimadas realizadas para abrir mais e mais fronteiras agrícolas e pecuárias. O planalto desmatado, sem obedecer aos limites regulatórios, abriga cada vez mais a acentuada produção de grãos e a criação de bovinos. São quilômetros de terras nuas destinadas à monocultura e a pecuária.

As nascentes ficaram, visivelmente, comprometidas com o desmatamento. A produção de grãos dá lugar a uma vista homogênea: ora soja, ora milho, ora algodão, ora cana e ora capim. Estas atividades têm em comum o pacote de agrotóxicos que são usados, muito além dos liberados pelo Ministério da Agricultura.

Um projeto que mata a vida

O atual governo (2019-2021) liberou ao todo 1.280 novos produtos, dos quais apenas 160 de ação biológica. Muitos desses “novos” produtos já foram banidos em países da União Europeia, há 20 anos. Lá não se pode usar, por exemplo, o inseticida acaridicida Clorfenapir, proibido em 2001; o herbicida Atrazina, banido em 2004; o fungicida Clorotalonil banido em 2009, dentre outros. (PIGNATI et al, 2018).

Os agrotóxicos são venenos, pois se fossem remédios curariam doenças. As pragas são resultado do uso incorreto do solo. A deriva se encarrega de levar os venenos à mesa dos brasileiros através dos alimentos e da água. Boa parte em

função das pulverizações aéreas de misturas de venenos que contaminam o solo, os rios e lençóis freáticos a quilômetros de distância da aplicação. Isso sem contar os impactos à saúde das populações atingidas. Os índices de cânceres e doenças mentais crescem todos os anos.

Em Mato Grosso, de acordo com Pignati (2017) há uma alta incidência a má formação fetal. Hoje Mato Grosso possui uma associação de espinha bífida, devido a quantidade de pessoas que nascem com malformação congênita em que há alteração no processo de formação da medula espinhal.

Mato Grosso, segundo estimativa do IBGE, em 2020, possui 3.526.220 habitantes. O Mapa de pobreza e desigualdade social revela que 34,34% da população vive na extrema pobreza. Não é à toa que a fila de pessoas esperando para receber doações de ossinhos em um açougue no CPA, em Cuiabá, que foi manchete em toda a imprensa nacional no mês de julho de 2021, retrata a realidade de Mato Grosso. Grande parte da população mato-grossense está passando fome desde o ano passado. São 144.749 mil famílias abaixo da linha da pobreza, sem nenhum rendimento (GLOBO, 2021).

A injustiça tributária é enorme. A soja mato-grossense que vai para exportação, por incrível que pareça, não paga quase nenhum centavo de imposto. E a soja mato-grossense que fica no Brasil paga 3% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Agrotóxico não paga nenhum centavo de ICMS. Enquanto isso, os trabalhadores pagam 17% de ICMS no remédio adquirido na farmácia e 42% de ICMS na conta de energia elétrica. (BRASIL DE FATO). O Estado de Mato Grosso, hoje é destaque nacional em produção de grãos e pecuária. No entanto, é um Estado que privilegia os ricos. O modelo de desenvolvimento adotado é prenúncio do aumento de emissões de gases de efeito estufa.

A “emergência climática” promovida

As alterações climáticas provocam mudanças no meio físico, nos seres vivos e comprometem os ecossistemas, o funcionamento de sistemas socioeconômicos, a saúde e o bem-estar humano. Portanto, referem-se a mudanças no clima que estão

ocorrendo em todo o planeta. O mundo vive o aumento da temperatura global e os efeitos visíveis são: a extinção de espécies, o derretimento das geleiras e o aumento do nível do mar.

Estudos científicos apontam que as áreas secas do planeta sofrerão ainda mais com a falta de água. Portanto, a questão da água é central neste debate. Já há regiões com grandes quantidades de chuvas e outras regiões com secas demasiadamente longas. Ambos os excessos podem provocar perda da biodiversidade.

É claro que as áreas desmatadas e exploradas pela monocultura e pecuária tendem a ampliar-se para aumentar os lucros do agronegócio. No caso de Mato Grosso, a planície, que não possui nascentes, com certeza virá a sofrer com a falta de água, como já ocorre no Pantanal. O rio Paraguai, que drena a Bacia do Alto Paraguai e o bioma Pantanal, vem apresentando valores de nível d'água significativamente abaixo da média.

Em 2020 e 2021, o Pantanal sofreu uma tragédia. Uma das maiores áreas úmidas do mundo ficou meses em chamas. Por que isso aconteceu? O planalto foi desmatado. Há em curso uma política de ampliação da produção que não cumpre a legislação ambiental, só destrói o meio ambiente. O atual governo implementou uma política ambiental com severa e constante diminuição na fiscalização ambiental.

Os dados do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman), indicam que a maioria das queimadas que ocorrem são provocados pela ação humana. A pólvora, são os interesses econômicos: queima-se a floresta, principalmente, para criação de gado e produção de grãos. É também recorrente na Amazônia, onde 80% das áreas desmatadas são ocupadas pela pecuária, conforme relatório da Procuradoria do Meio Ambiente do Ministério Público Federal.

As áreas de florestas perdidas durante dezoito anos, segundo o IBGE, mais de 59% foram convertidas em pastagens. Em 2020, conforme os dados mais recentes divulgados por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o bioma Pantanal viu cerca de 23 mil km² serem consumidos pelas chamas.

O Pantanal é a maior extensão de área úmida contínua do mundo e é protegido internacionalmente pela convenção de RAMSAR (Convenção sobre Zonas

Úmidas de Importância Internacional). Foi incorporada plenamente ao arcabouço legal do Brasil em 1996, pela promulgação do Decreto nº 1.905/96. Infelizmente hoje não é o bioma mais protegido; devido às queimadas de 2020.

Todos os municípios de Mato Grosso tiveram áreas atingidas pelo fogo, sendo que os vinte (20) mais, respondem por 61% do total. Assim, Poconé, Barão de Melgaço, Cáceres e Santo Antônio do Leverger somam juntos 31% de toda área atingida pelo fogo em Mato Grosso no ano de 2020. Observou -se que 95% da área queimada era de vegetação nativa, onde existiam centenas de milhares de espécies de animais e vegetais. Não foi à toa que o ex-ministro do meio ambiente conclamou o governo a passar a boiada, enquanto os olhos da imprensa e do povo estivessem voltados aos números da pandemia do Covid19.

O Estado brasileiro deveria intensificar a fiscalização, investigar e responsabilizar com rigor, através de multas, embargos, restrição de acesso ao crédito e mercado por parte de quem comete crime ambiental. No entanto; ao contrário disso, o Estado dá todo apoio ao poderio econômico; liberando e incentivando a destruição ambiental.

O capital e o Estado contra as populações tradicionais

Enfim, voltemos a ocupação do território do Araguaia, onde as empresas latifundiárias, não só apropriaram do Estado, mas o colocou a seu serviço.

Índios atacados resistem no Araguaia/Xingu

O Parque Nacional do Xingu não possui nenhuma nascente. Todas são oriundas do planalto onde há o cultivo de grãos transgênicos com muitos agrotóxicos. Então a luta do povo originário estava correta.

Como se não bastasse a ocupação do território de forma truculenta, ainda, continua a luta contra a hidrovía que ameaça lá no rio das mortes e cá no rio Paraguai. “A assistência ao índio deve ser a mais completa possível, mas não pode

obstruir o desenvolvimento nacional e os trabalhos para a integração da Amazônia” (O Estado de São Paulo — 22/5/71).

E o Ministro do Interior, Sr. Costa Cavalcanti: “Tomaremos todos os cuidados com os índios, mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso” (cf. Visão — 25/4/71). “O índio tem que ficar no mínimo necessário” (O Estado de São Paulo — 25/4/69, p. 25). A questão da segurança alimentar é muito séria e põe em risco a vida dos seres humanos. Os alimentos consumidos pelo povo não são de produção de larga escala. São os agricultores familiares, que apesar de falta de apoio do Estado, produzem alimentos de verdade.

Há resistência! Sempre haverá, porque a luta pela vida é decente!

Afrodescendentes nos territórios quilombolas

A comunidade quilombola Mutuca é remanescente de escravos que chegaram ao Brasil entre 1539 e 1542 para trabalharem arduamente no cultivo da cana-de-açúcar. Destes muitos foram levados para Vila Bela da Santíssima Trindade, que era capital da capitania de Mato Grosso. Na história há registros que trinta e cinco (35) escravos foram levados para o Município de Nossa Senhora do Livramento. Ressaltamos que os escravos trazidos para o município, pertenciam ao senhor Ricardo Alves Bastos e a senhora Ana da Silva Tavares.

Alguns escravos foram para Santana do Carcará e outros para a Sesmaria Boa Vida. O tratamento recebido pelos escravos no Santana de Carcará era abusivo e violento e muitos fugiram para a Sesmaria Boa Vida, tendo em vista que o tratamento dispensado aos escravos naquela localidade era mais humano. De acordo com a história relatada pelos ancestrais, os escravos acabaram permanecendo todos na Sesmaria Boa Vida, de propriedade do senhor Ricardo Alves Bastos e da senhora Ana da Silva Tavares. E alguns escravos libertos compraram suas terras, como foi o caso de Vicente Ferreira Mendes, Marcolino Paes de Barros, Luiz Gonzaga de Pinho e Graciliano Tavares da Silva.

Dessa forma; hoje temos o território do Mata Cavalo que é composto por uma pequena parte doada por Ana da Silva Tavares (como é o caso do Mata Cavalo de Baixo) e outras comunidades que; conforme registros documentais, compraram a sua propriedade (como é o caso de Mata Cavalo de Cima, Mutuca, Capim Verde e

Vargem Grande). Esses descendentes dos escravos constituíram suas famílias e fixaram residência nas comunidades correlacionadas.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, existem 72 (setenta e duas) comunidades quilombolas mapeadas e certificadas em Mato Grosso. A maioria concentra-se na Baixada Cuiabana (Poconé e Nossa Senhora do Livramento). No entanto, existem diversos quilombolas que migraram para municípios do entorno da baixada cuiabana, em busca de sustento para as suas famílias.

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, ocorrida em 13 de maio de 1888. No entanto; a libertação da maneira que aconteceu, levou negros/as a ficarem desamparados devido a existência de uma política não inclusiva, que deixou sem condições mínimas de garantia ao direito à moradia, educação, saúde, segurança e lazer, dentre outros inúmeros fatores essenciais para a dignidade humana de qualquer cidadão. Os negros/as viviam na sua inocência, não tinham uma profissão digna. Com perfeição sabiam do trabalho braçal que antes realizavam nas lavouras e nas casas de suas senhorias. Nessa perspectiva; muitos escravos retornaram para as fazendas, devido a “**LIBERDADE** que não as **LIBERTOU**”.

Quase 500 anos após a sua chegada ao Brasil, os negros, na sua grande maioria excluídos, continuam na luta pela liberdade e dignidade humana, sempre negadas pela política neoliberal aos povos quilombolas que desejam ter seus direitos garantidos e respeitados. Um dos grandes fatores que transcendem a continuidade e a permanência do povo quilombola, além da luta pela terra e pelo território, está amplamente ligado a resistência cultural para poder existir.

A questão da sobreposição nas terras quilombolas é um problema grave e contínuo, na medida em que os órgãos públicos permitem que sejam burladas as leis por interesses ocultos, e concedem o Cadastro Ambiental Rural -CAR - para fazendeiros e posseiros em terras de quilombolas. A sobreposição impossibilita que os quilombolas façam a adesão ao CAR. Assim sendo, as políticas de ações afirmativas e reparativas para gerar desenvolvimento e condições de sobrevivência e fixação no próprio quilombo não acontecem, ocorrendo o êxodo rural que vem favorecer o colapso no meio urbano.

Tradicionalmente as comunidades quilombolas plantam suas roças consorciadas; mantém a floresta em pé e dela tiram a produção de mel; a matéria

prima para os artesanatos e o aproveitamento no beneficiamento das sementes de babaçu, cumbaru, pequi e bocaiuva. Todas essas atividades são extrativistas e agroecológicas, empregam sementes crioulas que perpassam de geração a geração. As famílias aproveitam todos os frutos obtidos das roças, quintais e do extrativismo, sendo comercializados na própria comunidade e; de modo informal, em feiras, eventos e mercados privados.

Apesar de engajados em atividades sustentáveis na luta pela sobrevivência e defesa dos biomas, as populações quilombolas possuem notadamente limitado poder aquisitivo e sofrem grande vulnerabilidade econômica e socioambiental, numa região com baixos e médios Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Não raro ocorre, em algumas destas comunidades, a privação ao direito básico que é a alimentação. Além disso, compartilham a experiência de viverem sob ameaça constante em seus modos de vida e contra a garantia de seus direitos territoriais e ambientais, incluindo o acesso ao uso sustentável da biodiversidade.

Nos últimos anos ocorreu uma crescente migração dos quilombolas para os maiores centros urbanos da região (Cuiabá e Várzea Grande); sobretudo das pessoas mais jovens. Isso se deve a falta de perspectiva nas comunidades quilombolas devido a baixa renda das atividades de subsistência, da educação de baixa qualidade (básica, média e superior) e do desprestígio de ser quilombola e trabalhador/a rural.

Considerações finais

É inquestionável que a precária regularização fundiária e ambiental ameaça a garantia efetiva da posse dos territórios pelas comunidades quilombolas. Dessa forma, se compromete o direito ao uso sustentável da biodiversidade e o acesso às políticas públicas importantes. A resolução deste problema tem se arrastado por anos e enfrenta diferentes entraves político-institucionais.

Salientamos que as comunidades quilombolas tem toda uma identidade e pertencimento e não invadimos terra de ninguém, pelo contrário, os nossos

territórios foram sucumbidos pela ganância do agronegócio, agro destruição, gerando racismo ambiental e ocasionando a expulsão dos nossos povos.

Por isso, a necessidade de nos mantermos dentro dos nossos territórios, ocupando o que é nosso por direito. Nossos ancestrais ali viviam. Os territórios existem, porque antes de mim, alguém existiu, porque antes de mim alguém foi lá e construiu o território que recebi como herança sociocultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/agronegocio-pagou-apenas-r-16-3-mil-em-imposto-de-exportacao-durante-todo-2019>> Data de acesso: 10/07/2021.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia-MT: Prelazia, 1971.

DECRETO Nº 8.916, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8916.htm> Data de acesso: 10/07/2021.

GLOBO. Disponível em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/17/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghtml>> Data de acesso: 10/07/2021.

IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/36/30246>> Data de acesso: 10/07/2021.

PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. In *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>> Data de acesso: 25/07/2021.

PIGNATI, Wanderlei Antonio, Calheiros DF, Lima FANS. O modelo de (des)envolvimento agrícola em mato grosso e os impactos dos agrotóxicos na saúde ambiental e humana. In: Sonia Corina Hess. (org.). **Ensaio sobre a poluição e doenças no Brasil**. São Paulo: outras expressões, 2018.

Recebido: 01/06/2021
Aprovado: 28/07/2021
Publicado: 01/09/2021